IV CONCURSO PÚBLICO PARA PROCURADOR DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS

ANEXO II – PROGRAMAS DAS PROVAS

Retificado pelo Edital Complementar n. 2 de 26/01/15.

DIREITO ADMINISTRATIVO

1. Direito administrativo: os diferentes critérios adotados para a conceituação do direito administrativo; objeto do direito administrativo; fontes do direito administrativo; regime jurídico-administrativo: princípios do direito administrativo; princípios da administração pública; 2. Administração pública: conceito de administração pública sob os aspectos orgânicos, formal e material; órgão público: conceito e classificação; servidor cargo e funções; atribuições; competência administrativa: conceito e critérios de distribuição; avocação e delegação de competência; ausência de competência: agente de fato; administração direta e indireta; autarquias; fundações públicas; empresas públicas e privadas; sociedades de economia mista; entidades paraestatais; Constituição Federal de 1988. 3. Atos administrativos: conceitos, requisitos, elementos, pressupostos e classificação; fato e ato administrativo; os atos administrativos em espécie; parecer: responsabilidade do emissor do parecer; o silêncio no direito administrativo; cassação; revogação e anulação; processo administrativo; Lei n. 9.784/1999; fatos da administração pública: atos da administração pública e fatos administrativos; formação do ato administrativo: elementos, procedimento administrativo; validade, eficácia e autoexecutoriedade do ato administrativo; atos administrativos simples, complexos e compostos; atos administrativos unilaterais, bilaterais e multilaterais; atos administrativos gerais e individuais; atos administrativos vinculados e discricionários; mérito do ato administrativo, discricionariedade; ato administrativo inexistente; teoria das nulidades no direito administrativo; atos administrativos nulos e anuláveis; vícios do ato administrativo; teoria dos motivos determinantes; revogação, anulação e convalidação do ato administrativo. 4. Poderes da administração pública: hierarquia; poder hierárquico e suas manifestações; poder disciplinar; poder de polícia; polícia judiciária e polícia administrativa; liberdades públicas e poder de polícia; principais setores de atuação da polícia administrativa. 5. Serviços públicos: concessão, permissão, autorização e delegação; serviços delegados; convênios e consórcios; conceito de serviço público; caracteres jurídicos; classificação e garantias; usuário do serviço público; extinção da concessão de serviço público e reversão dos bens; permissão e autorização. 6. Intervenção no domínio econômico: desapropriação. 7. Licitação: conceito, finalidades, princípios e objeto; obrigatoriedade, dispensa, inexigibilidade e vedação; modalidades; procedimento, revogação e anulação; sanções penais; normas gerais de licitação; Lei n. 8.666/1993 e suas alterações; Lei n. 10.520/2002 e suas alterações, bem como demais disposições normativas relativas ao pregão; Instrução Normativa do STN n. 1/1997; sistema de registro de preços. 8. Contratos administrativos: conceito, peculiaridades e interpretação; formalização; execução, inexecução, revisão e rescisão; convênios e consórcios administrativos. 9. Controle da administração pública: conceito, tipos e formas de controle; controle interno e externo; controle parlamentar; controle pelos tribunais de contas; controle administrativo; recurso de administração; reclamação; Lei de Improbidade Administrativa (n. 8.429/1992 e suas alterações); sistemas de controle jurisdicional da administração pública: contencioso administrativo e sistema da jurisdição uma; controle jurisdicional da administração pública no direito brasileiro; controle da atividade

financeira do Estado: espécies e sistemas; Tribunal de Contas da União e suas atribuições; pedido de reconsideração e recurso hierárquico próprio e impróprio; prescrição administrativa; representação e reclamação administrativas; advocacia pública consultiva; hipóteses de manifestação obrigatória; aspectos de responsabilidade do parecerista pelas manifestações exaradas e do administrador público, quando age em acordo e quando age em desacordo com tais manifestações. 10. Agentes públicos e servidores públicos: agentes públicos (servidor público e funcionário público); natureza jurídica da relação de emprego público; preceitos constitucionais; funcionário efetivo e vitalício: garantias; estágio probatório; funcionário ocupante de cargo em comissão; direitos, deveres e responsabilidades dos servidores públicos civis; Lei n. 8.112/1990 e suas alterações; regime disciplinar e processo administrativo disciplinar; improbidade administrativa; Lei n. 8.429/1992; Lei Complementar n. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal); formas de provimento e vacância dos cargos públicos; exigência constitucional de concurso público para investidura em cargo ou emprego público. 11. Bens públicos: classificação e caracteres jurídicos; natureza jurídica do domínio público; domínio público terrestre: evolução do regime jurídico das terras públicas (urbanas e rurais) no Brasil; terras devolutas; vias públicas; cemitérios públicos; portos; utilização dos bens públicos: autorização, permissão e concessão de uso, ocupação, aforamento, concessão de domínio pleno; limitações administrativas; zoneamento; polícia edilícia; zonas fortificadas e de fronteira; florestas; tombamento; servidões administrativas; requisição da propriedade privada; ocupação temporária. 12. Responsabilidade civil do Estado: responsabilidade patrimonial do Estado por atos da administração pública: evolução histórica e fundamentos jurídicos; teorias subjetivas e objetivas da responsabilidade patrimonial do Estado; responsabilidade patrimonial do Estado por atos da administração pública no direito brasileiro.

DIREITO AMBIENTAL

1. Disposições constitucionais de proteção ao meio ambiente na Constituição Federal e na Constituição do Estado de Goiás. Proteção da vegetação nativa e política florestal (Lei n. 12.651/12) (Lei Estadual n. 18.104/2013). Princípios de direito ambiental. 2. Direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado. 3. Competências legislativas relacionadas ao direito ambiental. 4. Competências administrativas relacionadas ao meio ambiente (Lei Complementar Federal n. 140, de 08/12/2011). 5. Política nacional do meio ambiente (Lei Federal n. 6.938/1981 e alterações posteriores). Do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA). Do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA). Instrumentos da política nacional do meio ambiente. 6. Estudo de impacto ambiental. Licenciamento ambiental. (EIA/RIMA). Resolução CONAMA nº 01/1986, Resolução CONAMA nº 09/1987 e Resolução CONAMA nº 237/1997. Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei n. 12.305/2010). Política Estadual de Resíduos Sólidos (Lei Estadual n. 14.248/2002). 7. Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Lei n. 9.985/2000). 8. Responsabilidade ambiental. Responsabilidade civil e administrativa por dano ambiental no direito brasileiro. Crimes ambientais. (Lei 9.605/1998). 9. Preservação do Meio Ambiente Cultural. Instrumentos de Proteção: Tombamento, registro, inventário, vigilância, desapropriação. 10. Política Nacional de Saneamento Básico (Lei 11.445/2007). Política Urbana (Lei n. 10.257/2001).

DIREITO CIVIL

1. Direito Objetivo. Normas Jurídicas. Fontes de Direito. Vigência, Hierarquia, Revogação e Interpretação das leis. Conflito Intertemporal e interespacial de leis. 2. Pessoas. Pessoas Naturais. Pessoas Jurídicas. Domicílio. 3. Bens. Diferentes Classes de Bens. 4. Fatos Jurídicos. Negócio jurídico. Atos Jurídicos Lícitos. Atos Ilícitos. Prescrição e Decadência. Prova. 5. Obrigações. Modalidades das Obrigações. Transmissão das Obrigações. Adimplemento. 6. Extinção das Obrigações. Inadimplemento das Obrigações. Contratos em Geral. Várias Espécies de Contrato.

Atos Unilaterais. Títulos de Crédito. Responsabilidade Civil. Preferências e Privilégios Creditórios. 7. Empresa. Empresário. Sociedade. Estabelecimento. Institutos Complementares. 8. Coisas. Posse. Direitos Reais. Propriedade. Superfície. Servidões. Usufruto. Uso. Habitação. Direito do Promitente Comprador. Penhor, Anticrese e Hipoteca. 9. Família. Direito Pessoal. Direito Patrimonial. União Estável. Tutela e Curatela. 10. Sucessões. Sucessão em Geral. Sucessão Legítima. Sucessão Testamentária. Inventário e Partilha. 11. Locação de Imóvel: Lei n.º 8.245/91. Disposições Gerais: das locações em geral, das sublocações, do aluguel, dos direitos e deveres do locador e do locatário, do direito de preferência, das garantias locatícias, das penalidades criminais e civis e da nulidade. 12. Relação de Consumo: Lei n.º 8.078/90. Dos Direitos do Consumidor: disposições gerais, dos direitos básicos do consumidor e da qualidade de produtos e serviços, da prevenção e da reparação dos danos.

DIREITO CONSTITUCIONAL

1. Constituição: conceito, objeto, elementos e classificações. 1.1. Supremacia da Constituição. 1.2. Aplicabilidade das normas constitucionais. 1.3. Interpretação das normas constitucionais; métodos, princípios e limites. 2. Poder constituinte. 2.1. Características. 2.2. Poder constituinte originário. 2.3. Poder constituinte derivado. 3. Princípios fundamentais. 4. Direitos e garantias fundamentais. 4.1. Direitos e deveres individuais e coletivos. 4.2. Habeas corpus, mandado de segurança, mandado de injunção e habeas data. 4.3. Direitos sociais. 4.4. Nacionalidade. 4.5. Direitos políticos. 4.6. Partidos políticos. 5. Organização do Estado. 5.1. Organização político-administrativa. 5.2. Estado federal brasileiro. 5.3. A União. 5.4. Estados federados. 5.5. Municípios. 5.6. O Distrito Federal. 5.7. Territórios. 5.8. Intervenção federal. 5.9. Intervenção dos estados nos municípios. 6. Administração pública. 6.1. Disposições gerais. 6.2. Servidores públicos. 6.3. Militares dos estados, do Distrito Federal e dos territórios. 7. Organização dos poderes no Estado. 7.1. Mecanismos de freios e contrapesos. 7.2. Poder legislativo. 7.2.1. Estrutura, funcionamento e atribuições. 7.2.2. Comissões parlamentares de inquérito. 7.2.3. Fiscalização contábil, financeira e orçamentária. 7.2.4. Tribunal de Contas da União. 7.2.5. Processo legislativo. 7.2.6. Prerrogativas parlamentares. 7.3. Poder Executivo. 7.3.1. Presidente da República: atribuições, prerrogativas e responsabilidades. 7.3.2. Ministros de Estado. 7.3.3. Conselho da República e de Defesa Nacional. 7.4. Poder Judiciário. 7.4.1. Disposições gerais. 7.4.2. Órgãos do Poder Judiciário: organização e competências. 7.4.3. Conselho Nacional de Justiça. 8. Funções essenciais à justiça. 8.1. Ministério Público: princípios, garantias, vedações, organização e competências. 8.2. Advocacia pública. 8.3. Advocacia e defensoria pública. 9. Controle da constitucionalidade: sistemas gerais e sistema brasileiro. 9.1. Controle incidental ou concreto. 9.2. Controle abstrato de constitucionalidade. 9.3. Exame in abstractu da constitucionalidade de proposições legislativas. 9.4. Ação declaratória de constitucionalidade. 9.5. Ação direta de inconstitucionalidade. 9.6. Arguição de descumprimento de preceito fundamental. 9.7. Ação direta de inconstitucionalidade por omissão. 9.8. Ação direta de inconstitucionalidade interventiva. 9.9. Controle concreto e abstrato de constitucionalidade do direito municipal. 10. Defesa do Estado e das instituições democráticas. 11. Sistema tributário nacional. 11.1. Princípios gerais. 11.2. Limitações do poder de tributar. 11.3. Impostos da União, dos estados e dos municípios. 11.4. Repartição das receitas tributárias. 12. Finanças públicas. 12.1. Normas gerais. 12.2. Orçamentos. 13. Ordem econômica e financeira. 13.1. Princípios gerais da atividade econômica. 13.2. Política urbana, agrícola e fundiária e reforma agrária. 14. Sistema financeiro nacional. 15. Ordem social. 16. A Constituição do Estado de Goiás. Municípios: natureza jurídica, criação, competências, autonomia. Distrito Federal e Territórios.

DIREITO ELEITORAL

1. Direitos Fundamentais e Direitos Políticos. 2. Direito Eleitoral: origens, conceito e princípios. 3. Lei n. 4.737/1965 (Código Eleitoral) e alterações posteriores. 4. Organização da justiça eleitoral: composição e competências. 5. Capacidade e alistamento eleitoral. 6. Lei n. 4.737/1965 e alterações. Lei n. 6.996/1982 e alterações. Lei n. 7.444/1985. Resolução do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) n. 21.538/2003. 7. Domicílio eleitoral. 8. Elegibilidade. Conceito e condições. Lei Complementar n. 64/1990 e alterações posteriores. (Inelegibilidade). Fatos geradores de inelegibilidade. Incompatibilidades, prazos e suspensão por decisão judicial dos efeitos da

inelegibilidade. 9. Impugnação de registro de candidatura. 10. Competência, procedimentos, prazos e efeitos recursais no âmbito da Lei Complementar n. 64/1990 e alterações posteriores. 11. Partidos políticos (conforme a Constituição Federal, Código Eleitoral, Lei n. 9.096/1995 e alterações posteriores) Resolução (TSE) n. 22.610/2007. 12. Eleições (Código Eleitoral, Lei n. 9.504/1997 e alterações posteriores). Sistema eleitoral: princípio majoritário e proporcional, representação proporcional. Coligações. 13. Registro de candidatura: pedido, substituição, cancelamento, impugnação no âmbito da Lei n. 9.504/1997 e alterações posteriores. 14. Arrecadação e aplicação de recursos nas campanhas eleitorais: vedações inerentes e sanções. 13. Prestação de contas de campanha. 15. Propaganda eleitoral (conforme o Código Eleitoral e a Lei n. 9.504/1997 e alterações posteriores). Direito de resposta. Condutas vedadas em campanhas eleitorais. 16. Eleições. Sistema eletrônico de votação e totalização dos votos. Diplomação dos eleitos: natureza jurídica, competência para diplomar e fiscalização. Abuso de poder e corrupção no processo eleitoral. Lei Complementar n. 64/1990 e alterações posteriores. 17. Ações judiciais eleitorais. Representações. Ação de impugnação de registro de candidatura. Ação de investigação judicial eleitoral por abuso de poder. Ação por captação irregular de sufrágio. Ação por captação ou gasto ilícito de recursos para fins eleitorais. 18. Crimes eleitorais. Crimes eleitorais previstos no Código Eleitoral, na Lei Complementar n. 64/1990 e na Lei n. 9.504/1997 e alterações. Prisão e período eleitoral. 19. Lei Complementar n. 135/2010. Lei n. 11.300/2006 e alterações. Lei n. 12.034/2009. Lei n. 12.891/2013 (Lei da Minirreforma Eleitoral).

DIREITO FINANCEIRO E TRIBUTÁRIO

1. As necessidades públicas e a atividade financeira do Estado. 2. Normas gerais de Direito Financeiro. 3. Receita Pública. Receitas e entradas. Classificação das receitas. Receitas derivadas. Receita Tributária. Repartição das receitas tributárias. Multas. Receitas originárias. Teoria dos preços. Taxa e preço público. 4. Despesa pública. Conceito e características. Espécies. Regime Jurídico. Lei n. 4.320/64. 5. Orçamento. Conceito. Origem. Regime jurídico do orçamento público. Direito Constitucional orçamentário. Princípios orçamentários. Leis orçamentárias. Orçamento na Lei n. 4.320/64. Tramitação legislativa. Fiscalização financeira e orçamentária. Tipos de controle. Controle interno. Controle externo. Precatórios judiciais. Os Tribunais de Contas. 6. Crédito Público. Noções fundamentais. Natureza jurídica. Empréstimos públicos e suas espécies. Limites do crédito público. 7. Lei de Responsabilidade Fiscal. 8. Direito Tributário. Conceito. Autonomia. Fontes. 9. Sistema Tributário Nacional: sistema tributário. Competência tributária. Limitações. Repartição das receitas tributárias. Dos tributos. Classificação e espécies. 10. Legislação tributária: Constituição Federal. Código Tributário Nacional e Código Tributário Estadual. Sistema Tributário Nacional. Vigência, aplicação, interpretação e integração da legislação tributária. 11. Obrigação tributária: natureza, espécies, efeitos. Fato gerador. Sujeitos ativo e passivo. Solidariedade. Capacidade Tributária. 12. Substituição tributária. Domicílio Tributário. 13. Responsabilidade tributária. Responsabilidade tributária dos administradores de pessoa jurídica. Teoria da desconsideração da personalidade jurídica. 14. Crédito tributário e lançamento. Exclusão, suspensão e extinção do crédito tributário. 15. Garantias e privilégios do crédito tributário. 16. Da administração tributária. Fiscalização. Competência. Dívida ativa. Certidões. 16. Processo tributário: administrativo e judicial. Ilícito administrativo tributário. Ilícito penal tributário. 18. Lei n. 6.830/80 (Lei de Execução Fiscal).

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

1. Previdência social: noção e fundamentos. Evolução histórica perante as constituições brasileiras. Modelos contributivos e não contributivos, de repartição e de capitalização, públicos e privados. Previdência Social e direitos sociais na Constituição de 1988. 2. Princípios do direito previdenciário. Fontes. Vigência e eficácia das normas previdenciárias no tempo e no espaço. Competência legislativa. Prescrição em matéria previdenciária. Regimes de previdência social: regime geral, regimes próprios dos servidores públicos e regime complementar. 3. Previdência social dos agentes públicos: servidores efetivos, servidores estabilizados, empregados públicos, temporários, detentores de cargo em comissão, detentores de mandato eletivo, militares, integrantes do Poder Judiciário, do Ministério Público, do Poder Legislativo e dos Tribunais de Contas. Servidores públicos e regime de previdência complementar. 4. Disciplina constitucional da previdência social dos

servidores públicos e reformas previdenciárias. Direito adquirido e expectativa de direito. Emenda Constitucional nº 20/1998, Emenda Constitucional nº 41/2003, Emenda Constitucional nº 47/2005 e Emenda Constitucional nº 70/2012. Normas gerais dos regimes próprios de previdência dos servidores públicos (Lei nº 9.717/1998, Lei nº 10.887/2004 e Orientação Normativa nº 02/2009 da Secretaria de Políticas de Previdência Social do Ministério da Previdência Social). Órgão Gestor Único. Previdência complementar. 5. Regimes próprios de previdência dos servidores efetivos: regras constitucionais permanentes. Contributividade e solidariedade. Compulsoriedade. Aplicabilidade subsidiária das normas do regime geral de previdência social. Contagem de tempo fictícia e contagem recíproca. Correspondência entre benefício e fonte de custeio. Unidade de regime e de gestão. Fundos de previdência. 6. Custeio do regime próprio de previdência dos servidores. Contribuição previdenciária de servidores ativos, inativos e de pensionistas. Imunidade e isenção. Alíquotas de contribuição previdenciária. Contribuição do ente público. 7. Benefícios do regime próprio de previdência dos servidores públicos. Paridade e integralidade. Aposentadorias: modalidades, critérios e requisitos de concessão e forma de cálculo dos benefícios (remuneração base de contribuição, atualização e parcelas incorporáveis). Aposentadorias especiais: hipóteses constitucionais e dependência de regulamentação. Pensão: fato gerador, forma de cálculo do benefício, dependentes e beneficiários. Cumulação de aposentadorias e pensões. Teto dos benefícios. Reajustamento dos benefícios. Abono de permanência. Lei Estadual nº 10.460/1988. 8. Regramento previdenciário dos servidores públicos do Estado de Goiás: segurados, dependentes, custeio e benefícios. Contribuição previdenciária. GOIASPREV: natureza jurídica e atribuições. Lei Complementar Estadual n. 66/2009 e Lei Complementar nº 77/2010.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

1. Direito Processual Civil. Definição, autonomia, finalidade. Natureza e conteúdo. Relação com outros ramos do Direito. Evolução histórica, princípios tendências atuais. A lei processual civil, natureza, fontes, aplicação e interpretação. A lei processual civil no tempo e no espaço. 2. Da jurisdição. Definição. Espécies. Características. Garantias. Princípios relativos à jurisdição civil. Equivalentes jurisdicionais. Jurisdição voluntária e jurisdição contenciosa. Tutela jurisdicional. Espécies. Tutela dos direitos coletivos, difusos e individuais homogêneos. 3. Órgãos da jurisdição. Estruturação. Garantias da Magistratura. Do Supremo Tribunal Federal. Do Superior Tribunal de Justiça. 4. Do processo. Noções gerais. Princípios fundamentais. Processo e procedimento. Formação, suspensão e extinção do processo. Objeto e conteúdo. 5. Natureza jurídica do processo. A relação jurídica processual. Pressupostos processuais. Da instrumentalidade do processo. Processo Eletrônico. 6. Da ação. Conceito. Teorias. Elementos da ação. Condições da ação. Classificação das ações. Concurso e cumulação de ações. Objeto litigioso. 7. Sujeitos do processo: juiz: poderes, deveres, responsabilidade, impedimento e suspeição. 8. Sujeitos do processo: partes. Capacidade e legitimação. Legitimação no processo civil e no processo coletivo. Capacidade processual. Representação processual. Sucessão e substituição processual. Do litisconsórcio. Da intervenção de terceiros. Órgãos auxiliares da Justiça. 9. Dos sujeitos especiais: o advogado e o órgão do Ministério Público. 10. Competência: conceito, classificação, critérios de determinação. Competência internacional e interna. Prorrogação e prevenção da competência. Competência no Estado de Goiás. Conexão e continência de causas. Causas modificativas. Meios de declaração de incompetência. Incidentes. Conflito de jurisdição. 11. Fatos e atos processuais: definição, classificação, forma, lugar e tempo. Existência, validade, eficácia, comunicação dos atos processuais, citação e intimação, cumprimento. Prazos processuais. Preclusão. Nulidades processuais. 12. Do processo e do procedimento. Disposições Gerais. Tutela antecipada. Tutela relativa aos deveres de fazer e não fazer. Da petição inicial: definição, requisitos, emenda, cumulação de pedidos, preceito cominatório. Pedido. Resposta do réu. Contestação. Revelia. Exceções. Reconvenção. Ação declaratória incidental: definição, requisitos, procedimento. 13. Providências preliminares. Julgamento conforme o estado do processo. Julgamento antecipado da lide. Audiência preliminar. Decisão saneadora. 14. Da prova. Teoria geral. Definição, objeto, princípios, classificação, sistemas de avaliação, conteúdo, ônus, momento, espécies, fatos que independem de prova, poder probatório do juiz, prova emprestada, prova lícita e ilícita, indícios e presunções, instrução probatória e audiência de instrução e julgamento. 15. Da sentença: conceito, classificação, estrutura, efeitos. Publicação, intimação e correção da sentença. A coisa julgada:

definição, natureza jurídica, material e formal, limites objetivos e subjetivos. 16. Dos recursos. Teoria geral. Definição, classificação, princípios, natureza jurídica, atos sujeitos a recurso. Pressupostos. Juízo de admissibilidade e juízo de mérito. Efeitos. Tutela antecipada recursal. Recursos ordinários e excepcionais (extraordinários *lato sensu*). 17. Ação rescisória: pressupostos, legitimidade, objeto e hipóteses de cabimento, competência, prazos, procedimento, julgamento e recursos. 18. Reexame necessário: natureza jurídica, efeitos, hipóteses de cabimento e de dispensa, procedimento. 19. Execução: títulos executivos, classificação, requisitos, espécies, competência, responsabilidade patrimonial, suspensão e extinção, penhora e avaliação, embargos do devedor, fase expropriatória, embargos à arrematação e à adjudicação, fase satisfativa. Procedimento de cumprimento de sentença. Impugnação ao cumprimento de sentença. 20. Processo Cautelar: teoria geral. Características e requisitos das medidas cautelares. Ações cautelares nominadas e inominadas, cessação da eficácia das medidas cautelares e respectivas responsabilidades. 21. Procedimentos especiais de jurisdição contenciosa e jurisdição voluntária. 22. A Fazenda Pública em Juízo: definição, capacidade postulatória, representação judicial dos entes federados, prerrogativas processuais e o princípio da isonomia, prazos, classificação, prescrição em favor e contra a Fazenda Pública, revelia e seus efeitos, despesas, honorários, depósitos judiciais, custas, multas, intervenção anômala, ambiente legal, natureza jurídica, competência, recorribilidade, concessão de medidas liminares, cautelares e antecipação de tutela genérica e específica em desfavor da Fazenda Pública; execução provisória, execução de desfavor da Fazenda Pública; o regime de precatórios. 23. Ações constitucionais: reclamação constitucional, natureza jurídica, procedimento, hipóteses de cabimento. Habeas data: fase administrativa, objeto, e competência. Mandado de segurança individual e coletivo. Mandado de injunção. 24. Ação Popular; Ação Civil Pública; Ação Direta de Inconstitucionalidade e Ação Declaratória de Constitucionalidade; Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental; Ação de Desapropriação.

REALIDADE ÉTNICA, SOCIAL, HISTÓRICA, GEOGRÁFICA, CULTURAL, POLÍTICA E ECONÔMICA DO ESTADO DE GOIÁS

1. Os povos indígenas do Brasil Central. 1.1. Grupos indígenas de Goiás. 1.2. A presença e o legado da cultura indígena. 2. Escravidão e resistência negra. 2.1. A escravidão em Goiás. 2.2. A presença e o legado da cultura negra. 3. O povoamento branco. 3.1. Cultura e religião na sociedade colonial. 4. A população goiana. 4.1. Povoamento, movimentos migratórios, densidade e distribuição demográfica. 4.2. População economicamente ativa. 5. História política de Goiás. 5.1. A independência em Goiás. 5.2. O Coronelismo na República Velha. 5.3. As oligarquias. 5.4. A Revolução de 1930. 5.5. Dinâmica política regional: partidos e movimentos sociais. 5.6. Ditadura Militar em Goiás e a transição democrática. 5.7. A política de 1930 até os dias atuais. 6. Aspectos físicos do território goiano. 6.1. Hidrografia, clima, relevo e vegetação. 7. Patrimônio histórico, cultural e religioso de Goiás. 7.1. A culinária regional. 7.2. As festas religiosas. 7.3. O patrimônio histórico-cultural e o turismo. 8. Formação econômica de Goiás. 8.1. As bandeiras e a exploração do ouro. 8.2. A agricultura e a pecuária nos séculos XIX e XX. 8.3. A estrada de ferro e a modernização da economia goiana. 8.4. A construção de Goiânia e Brasília. 8.5. Industrialização, infraestrutura e planejamento.

LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA

1. Legislação Organizacional. 1.1. Da organização político-administrativa do Estado de Goiás. 1.2. Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás, Resolução n.º 1.218 de 03 de julho de 2007. 1.3. Resolução n.º 1.008, de 20 de abril de 1999. 1.4. Resolução nº 1073, de 10 de outubro de 2001.